



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 00001/2026/COQVT/SGA/AGU

NUP: 00404.010328/2025-58

ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRATAÇÃO - VACINA INFLUENZA 2026

1. Informações Básicas

1.1. Número do processo (NUP): 00404.010328/2025-58

2. Descrição da Necessidade

2.1 Trata-se do início das ações necessárias a contratação de empresa especializada para o fornecimento e aplicação de vacinas contra o vírus da Influenza, ano 2026, a serem destinadas à força de trabalho em exercício e vinculados^[1] às unidades da Advocacia-Geral da União, assim como em seus dependentes^[2] e, aos integrantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional^[3].

2.2 A gripe é uma doença infecciosa de alta transmissibilidade, podendo causar complicações graves, especialmente em pessoas idosas ou portadoras de doenças crônicas. Logo, a vacinação é reconhecida pela OMS como a forma mais eficaz e segura de prevenção.

2.3 Nesse sentido, a Diretoria de Desenvolvimento Profissional da Advocacia-Geral da União, por meio da Coordenação-Geral de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho pretende promover, no exercício de 2026, a Campanha de Vacinação contra Gripe causada pelo vírus Influenza - CEPAS 2026.

2.4 Em que pese o SUS ofertar a vacina, não podemos afirmar que haverá disponibilidade imediata para todos os servidores públicos fora dos grupos prioritários e, quando disponível, geralmente há a necessidade de deslocamentos, filas e esperas prolongadas, o que compromete a aderência à campanha. A ação coordenada pela AGU oferece comodidade para sua força de trabalho, propiciando maior adesão, economia de tempo e eliminação de barreiras logísticas.

2.5 O objetivo da contratação é minimizar a ocorrência de surtos epidêmicos na força de trabalho, bem como em seus dependentes, evitando-se assim o absenteísmo e colaborando para a manutenção da saúde e bem-estar do corpo funcional da Instituição.

2.6 Desde 2012, a Campanha de Vacinação contra Influenza na AGU tem sido uma iniciativa essencial na promoção da saúde e bem-estar de seus integrantes. Ao antecipar-se à campanha do SUS e disponibilizar a vacina quadrivalente, a instituição garante maior proteção e prevenção contra o vírus da gripe, reforçando o compromisso da AGU com a saúde e qualidade de vida de no trabalho de seus integrantes.

2.7 Ademais, a realização de uma campanha interna reforça o compromisso da Instituição com seu Planejamento Estratégico, que tem como objetivo “**construir um ambiente feliz para trabalhar**”, valorizando o potencial humano e buscando a criação de ambientes de trabalho mais saudáveis. Nesse mesmo sentido, a Portaria Normativa AGU nº 148, de 9 de setembro de 2024, que institui o Programa AGU Mais Vida, também tem como pauta o cuidado com a saúde.

2.8 Diante do exposto, a continuidade e ampliação da Campanha de Vacinação contra Influenza demonstram o alinhamento da AGU às melhores práticas de gestão de pessoas e promoção da saúde institucional. A iniciativa contribui diretamente para o fortalecimento do bem-estar coletivo, para a redução de afastamentos e para o aumento da eficiência no serviço público, consolidando-se como uma ação estratégica de valorização e cuidado com todos que integram a Advocacia-Geral da União.

3. Área requisitante

3.1. Diretoria de Desenvolvimento Profissional - DPRO.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Fornecimento e aplicação (gesto vacinal) de 10.000 (dez mil) doses da vacina antigripal quadrivalente, em suspensão injetável, contra Influenza – CEPAS 2026, de acordo com as orientações descritas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, contendo obrigatoriamente, as novas cepas conforme definição na [Instrução Normativa Anvisa nº 408, de 24/11/2025](#):

- A/Missouri/11/2025 (H1N1) pdm09
- A/Singapore/GP20238/2024 (H3N2)
- B/Austria/1359417/2021 (B/Victoria lineage)
- B/Phuket/3073/2013 (B/Yamagata lineage)

4.1.1 Para vacinas não baseadas em ovos, ou seja, obtidas de cultura celular, proteínas recombinantes ou baseadas em ácidos nucleicos, a cepa do vírus A (H1N1)pdm09 deve ser um vírus similar ao A/Missouri/11/2025, a cepa A (H3N2) deve ser um vírus similar ao vírus A/Sydney/1359/2024, e a cepa B/linhagem Victoria deve ser um vírus similar ao vírus B/Austria/1359417/2021.

4.1.2 As vacinas influenza deverão conter em sua rotulagem a identificação "CEPAS 2026 HEMISFÉRIO SUL".

4.2 Quanto à apresentação da vacina, seguem as características pertinentes: solução injetável, monodose, em seringa preenchida, montada e de uso individual, contendo 0,5 ml de suspensão para uso intramuscular ou subcutâneo e que seja adequada para uso adulto e pediátrico.

4.3 Ainda, as vacinas devem ter registro no órgão competente, estar acondicionadas em embalagens aprovadas pelo Ministério da Saúde, bem como ser transportadas e armazenadas conforme indicações do fabricante e normas técnicas emitidas por órgãos de saúde.

4.4 As vacinas devem estar dentro do prazo de validade quando da aplicação.

4.5 A vacina será aplicada por profissionais legalmente habilitados, devidamente identificados, uniformizados e utilizando os equipamentos de proteção necessários a execução do serviço.

4.6 A aplicação das vacinas deverá ocorrer de forma prioritária e obrigatória pela contratada nas instalações da Advocacia-Geral da União – AGU localizadas nas capitais dos Estados, no formato de “Dia D”, em salas, locais, datas e horários a serem definidos em cronograma específico, bem como nos endereços indicados pela contratante.

4.6.1 A relação completa das unidades da AGU, com a respectiva discriminação dos quantitativos de pessoas a serem vacinadas por capital, será apresentada nos tópicos subsequentes deste estudo.

4.6.2 A vacinação estará condicionada à apresentação de crachá ou identidade funcional, com registro nominal das doses aplicadas, a ser realizado por ambas as partes.

4.7 De forma a garantir o amplo atendimento do público-alvo, em caráter complementar e de acordo com a disponibilidade da contratada, a vacinação poderá ser estendida às demais unidades e municípios fora das capitais.

4.7.1 A vacinação realizada nos demais municípios deverá ocorrer em locais habilitados para vacinação, disponibilizados pela própria contratada, tais como clínicas ou laboratórios parceiros.

4.7.2 A aplicação da vacina nos locais disponibilizados pela contratada estará condicionada à definição prévia de cronograma específico, pactuado entre as partes, bem como à verificação de crachá ou identidade funcional, documento oficial de identificação com foto e, à adoção de mecanismos de controle que assegurem o registro nominal das doses efetivamente aplicadas.

4.7.3 O critério de definição das localidades a serem efetivamente atendidas observará a priorização das unidades com maior concentração de integrantes e a disponibilidade operacional de atendimento por parte da contratada, de modo a assegurar a viabilidade da execução, sem prejuízo do atendimento nas capitais, a racionalidade logística e financeira.

4.8 Para efeito de aplicação da vacina antigripal serão considerados beneficiários, desde que estes estejam em efetivo exercício nas unidades da Advocacia-Geral da União ou Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

4.8.1 O público-alvo da Advocacia-Geral da União apto a receber a vacinação compreende:

- I - Membros das carreiras jurídicas
- II - Servidores técnico-administrativos;
- III - Servidores requisitados ou cedidos;
- IV - Servidores sem vínculo, ocupantes de cargo em comissão;
- V - Empregados públicos requisitados;
- VI - Estagiários; e
- VII - Prestadores de serviços terceirizados.

4.8.1.1 A vacinação destinada aos integrantes da AGU será estendida aos seus dependentes, conforme consulta realizada no âmbito do PARECER Nº 00009/2022/CLCC/CGU/AGU, o qual não identificou óbice jurídico à ampliação do rol de possíveis imunizados (NUP nº 00404.000238/2022-14 – Seq. 3).

4.8.1.2 Para efeito de aplicação da vacina antigripal, serão considerados dependentes:

- I - O cônjuge, o companheiro ou a companheira na união estável;
- II - O companheiro ou a companheira na união homoafetiva, obedecidos os mesmos critérios adotados para o reconhecimento da união estável;
- III - A pessoa separada judicialmente, divorciada, ou que teve a união estável reconhecida e dissolvida judicialmente, com percepção de pensão alimentícia;
- IV - Os filhos e enteados, até a data em que completarem 21 (vinte e um) anos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;
- V - Os filhos e enteados, entre 21 (vinte e um) e até a data em que completarem 24 (vinte e quatro) anos de idade, dependentes economicamente do servidor e estudantes de curso regular reconhecido pelo Ministério da Educação;
- VI - O menor sob guarda ou tutela concedidas por decisão judicial, enquanto permanecer nessa condição.

4.8.2 O público-alvo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional apto a receber a vacinação compreende ^[4]:

- I - Membros das carreiras jurídicas; e
- II - Servidores técnico-administrativos.
- III - Prestadores de serviços terceirizados.

4.9 Será de encargo da contratada:

- a) aplicação das vacinas por profissional competente;
- b) materiais necessários à aplicação das vacinas;
- c) armazenamento e acondicionamento do produto;
- d) descarte adequado do produto;
- e) fornecimento de comprovante individual de vacinação, e;
- f) controle das doses aplicadas, para fins de comprovação e conferência ao final da campanha.

4.10 A contratada deverá garantir uma capacidade mínima de atendimento de 10% (dez por cento) acima do total das vacinas previstas para as unidades;

4.11 A aplicação das doses da vacina **acontecerá por demanda de interessados**.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Para a consecução da vacinação da força de trabalho da AGU e PGFN, foram cogitadas as seguintes alternativas:

- Opção 1: aquisição de vacinas e aplicação pela Secretaria-Geral de Administração;
- Opção 2: realização de ressarcimento aos servidores da AGU e PGFN que comprovem a vacinação;
- Opção 3: aquisição única de vacinas e serviço de aplicação.

5.2 A opção 1 verificou-se inviável tendo em vista que a AGU não possui servidores qualificados para aplicação de vacinas. Carece a AGU de ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro no quadro de pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU e, de acordo com a legislação que regulamenta o exercício da enfermagem, Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, os auxiliares de enfermagem devem desempenhar suas atividades sempre sob orientação e supervisão de Enfermeiro. Além da carência em qualificação, cita-se também a amplitude geográfica do órgão, que demandaria número expressivo de profissionais aptos a realizar a vacinação.

5.3 A opção 2 representa a possibilidade de o servidor realizar a vacinação por iniciativa própria (em sua localidade) e a AGU realizar o ressarcimento do valor. Porém, não há previsão legal que permita ao servidor, ter os seus custos ressarcidos pelos cofres públicos no caso em tela.

5.4 A opção 3, de aquisição das vacinas e do serviço de aplicação, mostrou-se viável, uma vez que a empresa contratada conta com profissionais qualificados para a execução do serviço e, em razão do expressivo quantitativo de vacinas a serem adquiridas, amplia-se consideravelmente a possibilidade de obtenção de redução de preços pelos licitantes em disputa.

5.5 Ressalte-se, ainda, que a realização da Campanha de Vacinação contra a Gripe já é prática consolidada no âmbito da AGU, sendo promovida de forma contínua desde o ano de 2012, o que reforça a adequação e a viabilidade da solução adotada.

5.6 A descrição da solução como um todo encontra-se no item 6, a seguir, e a estimativa do valor da contratação está descrita no item 8.

6. Descrição da solução

6.1 Fornecimento e aplicação de 9.878 (nove mil oitocentos e setenta e oito) doses de vacina Influenza quadrivalente (inativada, fragmentada) – solução injetável, apresentação em monodose, em seringa preenchida, montada, de uso individual, e que seja adequada para uso adulto e pediátrico, contendo 0,5 ml de suspensão para uso intramuscular ou subcutâneo – em conformidade com a composição antigênica recomendada pela Organização Mundial de Saúde e especificada pela Instrução Normativa Anvisa nº 408, de 24/11/2025, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para o Brasil no ano de 2026, com gesto vacinal, nas instalações da AGU localizadas nas capitais e, de forma complementar nas demais cidades, nas unidades da contratada, a fim de atender à Campanha de Vacinação contra a Gripe desta Instituição, prevista para ocorrer na primeira semana do mês de abril deste ano e, que abrangerá os membros, servidores, estagiários, empregados terceirizados e empregados públicos requisitados, assim como os dependentes, mediante comprovação de vínculo ativo com a AGU ou PGFN.

7. Estimativa das quantidades a serem contratadas

7.1 Para fins de levantamento do quantitativo de doses e das localidades de aplicação, esta Diretoria utiliza como base de dados os registros do exercício anterior, referentes ao Programa de Instalações Eficientes e Sustentáveis – IES, disponibilizados por meio do Painel de Gestão (Microsoft Power BI), bem como as informações da campanha de vacinação realizada e o quantitativo de doses previamente contratadas.

7.2 A força de trabalho registrada no Programa de Instalações Eficientes e Sustentáveis – IES totaliza 12.471 pessoas, compreendendo o público-alvo elegível à campanha de vacinação, formado por membros, servidores e demais integrantes em exercício na Advocacia-Geral da União. Desse total, aproximadamente 2.000 integrantes encontram-se lotados em unidades situadas fora das capitais. Tal quantitativo constitui a base de referência para o dimensionamento da demanda potencial a ser considerada na estimativa contratual.

7.3 No exercício de 2025, a estimativa contratada foi de 7.600 doses, das quais 6.078 foram efetivamente aplicadas, correspondendo a aproximadamente 80% de utilização do contrato. Tal percentual evidencia um adequado dimensionamento da contratação, não se mostrando justificável a redução da previsão de doses para o exercício corrente.

7.4 Convém, ainda, considerar o histórico de adesão à campanha de vacinação. Entre 2021 e 2025, observa-se crescimento consistente da participação do público-alvo, com aumento médio de aproximadamente 20%. Destacam-se os percentuais mais elevados registrados nos exercícios de 2024 e 2025, que coincidem com a realização da campanha no mês de abril, período anterior à temporada de maior incidência de frio, fator que contribui para a ampliação da adesão. Tal cenário reforça a importância da manutenção da campanha nesse período, bem como a necessidade de considerar a tendência de crescimento da participação no dimensionamento da estimativa contratual.

ANO	ESTIMATIVA DE DOSES (contrato)	DOSES APLICADAS	ADESÃO
2021	4.717	2.763	58,6%
2022	5.465	2.988	54,7%
2023	5.507	3.346	60,8%
2024	5.507	5.661	102,8%
2025	7.600	6.078	80,0%

7.5 No recorte específico da campanha de vacinação de 2025, observa-se que, do total de 6.078 vacinados, aproximadamente 4.095 correspondem a servidores, enquanto cerca de 1.983 referem-se a dependentes ([Painel Vacinação - Power BI](#)). Entretanto, ao se analisar o universo efetivamente atendido nas capitais, onde a campanha foi disponibilizada, verifica-se que aproximadamente 40% dos servidores lotados nessas unidades aderiram à vacinação, evidenciando demanda efetiva real quando há oferta disponível. Ademais, identifica-se a proporção média de 0,48 dependente por servidor vacinado, indicador relevante para considerar no dimensionamento da estimativa contratual.

7.6 A partir dos parâmetros apresentados, notadamente o histórico de adesão às campanhas de vacinação, o adequado nível de utilização do contrato no exercício de 2025, a demanda efetiva observada nas unidades e a tendência de crescimento da participação do público-alvo, adotou-se como hipótese conservadora a ampliação da adesão institucional para aproximadamente 46,5% da força de trabalho da AGU. Considerando-se, ainda, a proporção média histórica de dependentes por servidor vacinado, estima-se a necessidade de **8.583 doses** destinadas ao público da AGU na campanha de vacinação do exercício de 2026, quantitativo considerado compatível com o universo elegível e com a estratégia de ampliação gradual da adesão institucional.

7.6 Registre-se, ainda, a manifestação formal de interesse da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em participar da Campanha de Vacinação, conforme documento encaminhado e juntado aos autos^[4], no qual foi informado o quantitativo estimado de **1.295 integrantes**. Tal quantitativo foi considerado para fins de planejamento e acrescido ao volume total de doses a ser contratado.

7.7 Dessa forma, obtém-se uma **estimativa total consolidada de 9.878 doses** para a Campanha de Vacinação 2026. A distribuição estimada por Unidade Federativa encontra-se detalhada na tabela a seguir.

UF	AGU	PGFN	DOSES ESTIMADAS
AC	36	15	51
AL	158	15	173
AM	80	15	95
AP	55	15	70
BA	400	45	445
CE	500	35	535
DF	2.000	291	2291
ES	126	15	141
GO	250	25	275
MA	130	15	145
MG	550	110	660
MS	140	18	158
MT	120	18	138

PA	140	18	158
PB	265	15	280
PE	695	70	765
PI	245	15	260
PR	345	65	410
RJ	475	95	570
RN	235	15	250
RO	60	15	75
RR	45	15	60
RS	522	100	622
SC	260	30	290
SE	121	15	136
SP	550	180	730
TO	80	15	95
TOTAIS	8.583	1295	9.878

8. Estimativa do valor da contratação

8.1 Em conformidade com o artigo 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, foram consultadas os sistemas oficiais de governo. E ainda, de forma complementar, também foi realizada uma pesquisa direta com potenciais fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio e-mail, com as devidas especificações necessárias para atendimento do objeto do contrato.

Quantidade estimada	Fonte	Preço unitário
9.878	Banco de Preços	R\$ 116,77
	Imuniza Mais	R\$ 120,00
	Imunizar vacinas	R\$ 110,00

8.2 Neste sentido, para **estimativa do valor da contratação** obtém-se a média de R\$ 115,59, sendo o total de **R\$ 1.141.798,02**.

8.3 O detalhamento da estimativa segue em documento próprio juntado aos autos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução sugerida é a contratação de empresa para o fornecimento e aplicação (gesto vacinal) de vacina contra Influenza (gripe) em membros, servidores, estagiários, empregados terceirizados e empregados públicos, assim como seus dependentes, nas dependências das unidades da AGU localizadas nas capitais do Brasil e no maior número de demais municípios. A impossibilidade de parcelamento da solução deve-se à necessidade de adquirir a dose e executar a aplicação por profissional devidamente habilitado e capacitado. A AGU também não dispõe de servidores ocupantes do cargo efetivo de Enfermeiro em seu quadro de pessoal em quantitativo suficiente para atender a demanda e, de acordo com a legislação que

regulamenta o exercício da enfermagem, Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, os auxiliares de enfermagem devem desempenhar suas atividades sempre sob orientação e supervisão de Enfermeiro.

9.2. De outro modo, o não parcelamento da solução ora proposta em tantos itens quantas forem as cidades previstas para aplicação das vacinas, justifica-se mediante as dificuldades gerenciais de se administrar várias atas distintas, bem como pela perda de economia de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes. A presente contratação ocorre de forma independente, não dependendo de qualquer outro processo licitatório para que possa surtir seus efeitos.

11. Alinhamento entre a contratação e o Planejamento

11.1 No âmbito da AGU, a pretensa contratação está em consonância com o portfólio de projetos estratégicos da Secretaria- Geral de Administração, conforme RESOLUÇÃO n. 00013/2023/CGEST/SGA/AGU, em seu Art. 4º:

Art. 4º Alterar o portfólio de projetos estratégicos da Secretaria-Geral de Administração na forma a seguir:

I - Incluir no portfólio de projetos estratégicos:

- a) Implantar a avaliação de desempenho 360º dos servidores administrativos da SGA;
- b) Digitalização dos Serviços Funcionais;
- c) Programa de Promoção à Saúde Integral e Qualidade de Vida (grifos nossos);
- d) Programa de Preparação para Aposentadoria;
- e) Programa de Recompensas baseado na Avaliação de Desempenho;
- f) Integração AGU;
- g) Programa de Gestão e Desempenho; e
- h) Dimensionamento da Força de Trabalho.

11.2 Desta forma, a AGU tem buscado construir um planejamento focado na valorização do capital humano, atuando em favor de um modelo de gestão pautado na prevenção de doenças e na qualidade de vida individual e coletiva. Com isso, ao avaliar e propor melhorias na condição de trabalho, a vacinação se constitui em uma ferramenta essencial para o alcance dos projetos supracitados.

11.3 A demanda consta no PCA 2026, vinculada à Contratação nº 110792-12/2026, em observância ao art. 7º da Instrução Normativa SEGES n. 58, de 2022.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A Advocacia-Geral da União - AGU pretende desenvolver, no exercício de 2026 a Campanha de Vacinação contra gripe causada pelo vírus Influenza - CEPAS 2026, objeto da contratação que se pretende realizar, como forma de minimizar a ocorrência de surtos epidêmicos entre os membros, servidores administrativos, empregados públicos, estagiários e empregados terceirizados e dependentes, evitando-se, assim, prováveis ausências e colaborando para a manutenção da saúde e do bem-estar do corpo funcional da Instituição.

13. Providências a serem adotadas

13.1 As providências a serem adotadas se referem a organização e gestão da Campanha nas unidades da AGU, da qual há quadro técnico capaz de realizar a demanda.

14. Possíveis impactos ambientais

14.1 O tratamento e destinação final do material utilizado para a vacinação (resíduos oriundos da vacinação) ficará sob responsabilidade da contratada, que deverá seguir os critérios estabelecidos pela Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 e Resolução ANVISA/RDC 222, de 28 de março de 2018, que trata sobre o correto descarte de resíduos hospitalares.

15. Declaração de viabilidade

15.1 Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII da IN Nº 58, SEGES de 8 de agosto de 2022.

16. Outras Considerações

Da participação ou não de Cooperativas

16.1 Esta equipe de planejamento se manifesta a favor da participação de cooperativas.

16.1.1 Sobre o tema, o TCU exarou Acórdão sobre o tema onde consta o seguinte:

Súmula 281 do TCU: *É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.*

16.1.2 No presente caso, em que pese o presente serviço abranger a aplicação da vacina, onde, necessariamente haverá um profissional contratado para essa finalidade, a figura do aplicador não é o interesse principal do objeto a ser contratado, e sim a vacina. Ademais disso, há que se considerar que a presente contratação não é de dedicação exclusiva de mão de mão-de-obra. A lei só autoriza a exclusão das cooperativas quando há subordinação e no caso do presente pregão está clara a possibilidade de contratação dos aplicadores sem subordinação e não eventualidade, para laborar apenas nesta contratação. Nesses termos, não faz sentido adotar-se previamente vedação à participação de cooperativas tendo em vista que estas podem apresentar modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, o que será exigido no edital do certame.

16.1.3 Uma das inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021 diz respeito à participação de cooperativas em certame licitatório, cujas condições foram estabelecidas pelo legislador no artigo 16: "I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009; II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados; III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas; IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação".

16.1.4 Enquanto os incisos I e II do artigo 16 acima tratam de aspectos formais da cooperativa, os dois últimos chamam a atenção para a necessidade de um olhar atento quanto ao objeto da licitação. Mais especificamente, deve ser verificado se o objeto que se pretende contratar guarda conformidade com o objeto social da cooperativa (inciso IV) e se ele pode ser executado por "qualquer cooperado, com igual qualificação" (inciso III).

16.1.5 Quanto ao primeiro aspecto (inciso IV do artigo 16), parece não haver dúvida de que só deve ser admitida no certame a participação de cooperativas cujos estatutos e objetos sociais prevejam ou estejam de acordo com o objeto demandado pela Administração. Esse entendimento advém do próprio conteúdo do artigo 10, §2º, da Lei nº 12.690/2012, segundo o qual "a Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social".

Da participação ou não de consórcio

16.2 Por não se tratar de objeto de alta complexidade ou relevante vulto, **esta equipe de planejamento se manifesta por não permitir a participação de consórcio**. Para isso, levou-se em consideração a orientação do Acórdão nº 23 de 2013-Plenário, o qual explica que:

“Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.” (grifo nosso).

Modo de Disputa

16.3 Considerando a expertise nos aspectos técnicos licitatórios, especialmente no comportamento dos licitantes durante a fase de lances em objetos similares, o modo de disputa escolhido é o “Modo Aberto e Fechado”. Nesse formato, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, seguidos de um lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado nesta contratação.

16.4 O objetivo é dificultar conluíus e garantir a competitividade. A combinação dos modos de disputa aberto e fechado visa maximizar a transparência e a competitividade do processo.

Critério De Julgamento

16.8 Esta esquipe de planejamento se manifesta por adotar o critério de julgamento por Menor Preço por item, por entender que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que excederem os requisitos mínimos das especificações não forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração, nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

ADRIANA BARROS DE ALCÂNTARA

Integrante requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação

RICARDO TIAGO DE PÁDUA

Integrante técnico da Equipe de Planejamento da Contratação

SHIRLENE LIMA DOS SANTOS

Integrante administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00404010328202558 e da chave de acesso d967c89d

Notas:

1. O público alvo elegível a ser vacinado, se refere a membros (Advogados da União, Procuradores da União e Procuradores Federais); servidores (regidos pela lei 8.112/90, incluindo aqueles cedidos ou requisitados); empregados públicos requisitados, nomeados para cargos em comissão, terceirizados e, estagiários, que tenham contrato e vínculo ativo com a Advocacia-Geral da União. Logo, excetua-se àqueles vinculados a outro Órgão Público, ainda que compartilhem as dependências físicas das unidades da AGU.
2. Consultar PARECER n. 00009/2022/CLCC/CGU/AGU, acostado ao sequencial 3 - NUP 00404.000238/2022-14.
3. Ver Ofício SEI Nº 72584/2025/MF (sequencial 2) - NUP 00404.010328/2025-58, quanto a manifestação de interesse da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em participar da Campanha de Vacinação 2026, em conjunto com a AGU.
4. A definição do público e o quantitativo constam no Ofício SEI Nº 4993/2026/MF, procedente da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, acostado ao sequencial 22.
5. Consultar NUP 00404.006169/2024-14, sequencial 130 e 132.



Documento assinado eletronicamente por SHIRLENE LIMA DOS SANTOS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3063302307 e chave de acesso d967c89d no endereço eletrônico <https://supersapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SHIRLENE LIMA DOS SANTOS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 10-02-2026 12:35. Número de Série: 65635031372271175007508848075. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Documento assinado eletronicamente por ADRIANA BARROS DE ALCÂNTARA, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3063302307 e chave de acesso d967c89d no endereço eletrônico <https://supersapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ADRIANA BARROS DE ALCÂNTARA, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 10-02-2026 09:56. Número de Série: 65635031372271175007508848075. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



Documento assinado eletronicamente por RICARDO TIAGO DE PADUA, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 3063302307 e chave de acesso d967c89d no endereço eletrônico <https://supersapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RICARDO TIAGO DE PADUA, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 10-02-2026 10:08. Número de Série: 65635031372271175007508848075. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.